

**PROJETO DE LEI Nº           , DE 2015**  
**(Deputado Pastor Franklin)**

Altera a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, para incluir as entidades sem fins lucrativos cujas atividades sejam dirigidas à ação social e ao esporte entre aquelas que podem ser qualificadas como organização social.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** O art. 1º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura, à saúde, à ação social e ao esporte, atendidos os requisitos desta Lei.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

## JUSTIFICAÇÃO

Diversas foram as modificações introduzidas no âmbito da Administração Pública pela reforma administrativa dos anos 90 com a finalidade de reduzir a atividade Estatal na prestação direta de alguns serviços de interesse coletivo e transferi-los para a sociedade civil, com significativo ganho de eficiência e economia. O conceito orientou um novo modelo de administração, concretizado por meio da edição de normas para regular a relação: Sociedade e Poder Público.

Nesse contexto, destaca-se a edição da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que viabilizou a qualificação como organizações sociais de entidades sem fins lucrativos dos setores da pesquisa científica, do desenvolvimento tecnológico, da proteção e preservação do meio ambiente, da cultura e da saúde.

Após mais de 15 anos de uma bem-sucedida experiência, em que o contrato de gestão permitiu tanto uma maior eficiência na prestação dos serviços por parte da sociedade civil, como no exercício da fiscalização por parte do Poder Público, é hora de estender esses benefícios a outras atividades igualmente importantes.

O presente projeto propõe a ampliação do rol de pessoas jurídicas que podem ser qualificadas pelo Poder Executivo como organizações sociais, incluindo aquelas cujas atividades são voltadas à ação social e ao esporte.

Existem diversas instituições sem fins lucrativos que desenvolvem ações sociais, com muito sacrifício, ocupando uma lacuna deixada pelo Poder Público. São casas de amparo à criança, de recuperação de dependentes químicos, albergues, etc., que sobrevivem, enquanto podem, por meio de doações privadas. Trata-se de atividades do maior interesse da sociedade e que devem ser preservadas e incentivadas.

Não obstante o relevante papel que desempenham, muitas vezes, essas instituições são obrigadas a fecharem suas portas por falta de recursos. A parceria com o Estado, por meio de um contrato de gestão, não somente viabilizará a continuidade dessas entidades, como também permitirá que mais pessoas sejam atendidas.

No caso das atividades dirigidas ao esporte, vale destacar as vilas olímpicas que, com o ânimo gerado pela escolha do Brasil para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, foram construídas pelo Poder Público em vários Estados. Trata-se de uma iniciativa importante que oferece à população opções para práticas esportivas saudáveis e orientadas. O contrato de gestão, nesse contexto, representa uma poderosa ferramenta para uma administração eficiente e contínua dessas unidades esportivas e de muitas outras entidades que fomentam o esporte nacional.

Contamos com o apoio dos nossos ilustres Pares para a rápida aprovação deste projeto, que privilegia as ações da sociedade civil voltadas para o bem-estar social e para o estímulo das práticas desportivas.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 2015.

**Deputado Pastor Franklin**  
**PTdoB/MG**